



Empresa de sonegador deverá ser proibida de participar de licitações

Proposta aprovada ontem pelo Senado impede a participação de empresas cujos donos tenham sido condenados por contrabando, descaminho ou pirataria

O Plenário aprovou ontem um projeto de lei que altera a Lei de Licitações para impedir a participação de empresas cujos administradores ou sócios tenham sido condenados por violação a direito autoral, contrabando de mercadorias ou descaminho.

O autor da proposta, Ronaldo Caiado, afirma que esses crimes geram prejuízo

de R\$ 100 bilhões por ano para os cofres públicos, comprometendo recursos para a saúde, a educação e a segurança pública. O senador argumenta que os condenados por essas práticas não podem ter o direito de participar de licitações de órgãos do governo.

O projeto segue agora para a análise da Câmara dos Deputados. **3**



Autor do projeto, Ronaldo Caiado (D) conversa com os senadores Paulo Rocha, Jorge Viana e Humberto Costa em Plenário

Moreira Manz/Agência Senado

Eunício: abuso de autoridade irá ao Plenário **2**

CPI do Senado vai apurar maus-tratos a crianças **3**

Avança projeto de transparência em gastos públicos **5**

Texto coíbe uso de loteria na lavagem de dinheiro **5**

PEC do Fundo de Segurança Pública pode ser votada **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Favorável ao projeto, o relator, Pedro Chaves, fez apenas uma emenda

Dinheiro recuperado em ações anticorrupção pode ir à educação

Proposta de Cristovam Buarque aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos define regras para a aplicação no Fundo Social dos recursos

recuperados no curso de investigações. Pelo texto, União, estados e municípios devem receber o dinheiro desviado em suas jurisdições. **5**

Aprovado selo para melhorar atendimento ao cidadão

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de José Agripino que cria o Selo de Desburocratização e Simplificação, para

melhorar os serviços e o atendimento dos órgãos públicos. O servidor também será reconhecido. O texto deve ir para a Câmara. **7**



Genalito Mangela/Agência Senado

Autor do projeto, Agripino fala na Comissão, ao lado de Ângela Portela

Simplex é essencial para a economia, sustenta Sebrae

Em audiência, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, ressaltou as vantagens da tributação simplificada para micros e pequenas empresas. **6**

Floresta plantada poderá receber incentivos fiscais

Proposta que concede benefícios fiscais e financeiros para o plantio de florestas, fora das áreas de preservação permanente e reserva legal, foi aprovada em comissão. **8**

Senado fará debate sobre aplicativos como Uber **2**

Aprovado indicado para Conselho do Ministério Público **3**

Vai para Câmara benefício a aluno deficiente **7**

Senadores criticam repressão contra protesto de índios

Os senadores criticaram, em Plenário, a ação da polícia militar contra os índios que fizeram um protesto ontem diante do Congresso Nacional pedindo demarcação de terras e outros direitos. Houve confronto. Para Randolfe Rodrigues, a reação policial foi “desmedida” diante de um ato “pacífico”. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gleisi Hoffmann, usando cocar, defende ato de índios em Brasília

Comitê de transição em governos pode ser obrigatório **5**

Texto prevê criação da Política Nacional de Leitura **7**

Preservação da Caatinga deverá obter mais verba **4**

Plenário votará abuso de autoridade, diz Eunício

Presidente do Senado afirmou que está aguardando deliberações na Câmara para definir a pauta. Recuperação fiscal dos estados e regras para contratos de concessão podem ser votadas

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) para as duas propostas que definem os crimes de abuso de autoridade não será votado em decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No último encontro da comissão, o relator leu seu voto, mas um pedido de vista coletiva impediu a análise do texto. A proposta está na pauta de hoje da CCJ e, se aprovada, deverá passar por votação em Plenário.

— Abuso de autoridade não é terminativo na CCJ. Vota na CCJ e, se vier em regime de urgência, é automaticamente pautado para o Plenário do Senado — explicou Eunício.

Sobre a pauta desta semana, Eunício afirmou que serão feitos requerimentos de urgência para que as matérias que foram aprovadas ontem nas comissões já possam ser apreciadas na ordem do dia.



Eunício (C) também quer acelerar análise de propostas aprovadas por comissões

O senador ressaltou que está aguardando o resultado das votações da Câmara.

— Estamos fazendo requerimentos de urgência porque as comissões aprovaram várias matérias que vão para a pauta de amanhã [hoje]. Vou receber o que veio da CAE [Comissão de Assuntos Econômicos] hoje [ontem] e estamos aguardando as votações que a Câmara está fazendo — disse o presidente do Senado.

O Plenário da Câmara deve

concluir a votação dos destaques apresentados ao projeto de lei complementar sobre a recuperação de estados em situação de calamidade fiscal (PLP 343/2017), de autoria do Poder Executivo. Além disso, os deputados devem votar a Medida Provisória 752/2016, que prevê novas regras para a prorrogação e a relicitação de contratos de concessão com parceria, quando há participação do poder público na gerência do negócio.

Lasier diz que projeto tem a intenção de cercar a Lava Jato

Lasier Martins (PSD-RS) criticou o projeto de lei que define os crimes de abuso de autoridade.



Segundo ele, esta é uma tentativa de atrapalhar a Lava Jato.

O senador apresentou dados de uma enquete do Portal e-Cidadania que comprovam a alta rejeição do projeto pela maioria dos cidadãos.

— São 260 mil contra 4 mil. São 65 vezes mais brasileiros se manifestando contra esse projeto do que a favor. E aí pergunto aos senhores senadores que vão discutir esse projeto na CCJ: devemos ou não levar em conta o portal? Devemos respeitar ou não? — indagou.

Para Ana Amélia, texto pode comprometer a democracia

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com a possibilidade de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovar a proposta sobre abuso de autoridade. A senadora destacou como um dos pontos mais polêmicos o que trata do crime de hermenêutica, ou seja, a interpretação das leis.

Para ela, como está no substitutivo, o denunciado poderá invocar questão de razoabilidade e processar o agente público. Será o réu condenando o juiz, disse.

— Essa é uma situação delicada e complexa que vai, se aprovada, comprometer não só a Lava Jato, mas a própria democracia e o equilíbrio entre os Poderes.

Alvaro Dias afirma que proposta não devia ser discutida agora

Alvaro Dias (PV-PR) leu mensagem da Associação Comercial do Paraná, que, com a União os



Trabalhadores do estado, manifestou-se contra o projeto do abuso de autoridade, em análise no Senado. Para as entidades, a lei comprometerá os esforços de combate à corrupção e frustrará a sociedade.

O senador disse que está em jogo a credibilidade do Senado ao votar um projeto que tem a antipatia do povo. Ele também questionou a constitucionalidade e a oportunidade de sua discussão neste momento.

— A prioridade indiscutível é a Operação Lava Jato — disse.

Ângela aponta “crueldade” da reforma da Previdência

Ângela Portela (PDT-RR) classificou a reforma da Previdência como um dos projetos mais cruéis que chegaram ao Parlamento no período democrático. Para ela, as alterações são apenas recuo político na tentativa de aprovação a qualquer custo, mas o projeto segue como “um tormento” para os trabalhadores.

A senadora ressaltou que o governo não forneceu informações que embasem a necessidade da reforma. Ela defendeu a CPI da Previdência e cobrou investigação sobre os seus grandes devedores.



Vanessa Grazziotin lamenta mudanças trabalhistas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o país vive um grave momento, que se manifesta na reforma trabalhista que foi aprovada ontem por comissão especial na Câmara. A senadora explicou que o texto vai alterar mais de cem artigos da CLT e pode estabelecer o trabalho por hora, que precariza a situação dos empregados.

Vanessa também criticou o artigo que dá mais força ao que for negociado do que ao que está previsto em lei.

— Isso é mesma coisa que exigir uma negociação com quem está com o pescoço na forca.



Senado fará sessão sobre transporte por aplicativo

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem representantes do serviço de transporte por aplicativo para tratar do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2017, que regulamenta a atividade.

Os defensores do aplicativo, acompanhados do deputado estadual cearense Capitão Wagner, pediram a retomada do texto original do projeto. O presidente do Senado informou que pretende realizar uma sessão temática sobre o tema.

— O projeto envolve uma grande polêmica, porque diferentes grupos defendem seus respectivos interesses. Vamos chamar a sociedade para o debate e, dessa forma, encontrarmos um entendimento — ponderou Eunício.

O presidente do Senado lembrou que, se o projeto for alterado pelos senadores, voltará a ser apreciado na

Câmara dos Deputados.

— Nada contra os taxistas, mas esse tipo de serviço virou uma realidade. Os mais jovens optaram por essa nova tecnologia — argumentou.

Vereadores

O presidente do Senado também se reuniu com representantes da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará. No encontro, foi discutida a questão hídrica e a renegociação das dívidas dos agricultores da região.

Outro assunto discutido foi a reforma da Previdência.

— O que se propaga muito é que essa reforma só vem para o mal e a gente precisa ouvir o lado bom. Eu acredito que não vão fazer uma lei só para nos prejudicar — disse o presidente da Câmara Municipal de Umirim, Toim Braga.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Radiodifusão

8h30 A comissão analisa projetos que autorizam serviços de radiodifusão.

CAS Gordura trans

9h A comissão pode votar o PLS 334/2013, que regulamenta a profissão de gerontólogo, o PLS 478/2015, que veda a gordura trans em alimentos, e mais 4 itens.

CTFC Tarifa de água e esgoto

9h Na pauta da comissão, o PLS 505/2013, que cria a tarifa social de água e esgoto, o PLS 759/2015, que obriga gôndolas exclusivas para produtos dietéticos em supermercados, e mais 11 itens.

CCJ Abuso de autoridade

10h A comissão vota textos que definem crimes de abuso de autoridade (PLSs 280/2016 e 85/2017).

CDR Bruno Araújo

10h A comissão promove audiência com o ministro das Cidades para apresentação das ações para os próximos dois anos.

CDH Pessoas desaparecidas

11h O colegiado pode analisar hoje o PLS 650/2011, que propõe demandas de acessibilidade no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, o PLS 667/2011, que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, e mais 11 itens.

CSF Requerimentos

11h30 A comissão aprecia 5 requerimentos, entre eles, o que poderá avaliar políticas contra a desertificação.

CDH Direitos indígenas

14h A comissão realiza audiência sobre a luta dos indígenas por justiça e direitos.

CRA Liberação de cargas

14h A comissão promove audiência interativa para debater liberação de cargas nos portos brasileiros. O debate contará com representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Receita Federal e da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público.

MP 768/2017 Direitos Humanos

14h A comissão mista da medida provisória que cria o Ministério dos Direitos Humanos e a Secretaria-Geral da Presidência da República analisa relatório.

PAUTA FEMININA Mulher na ciência

14h A Procuradoria da Mulher do Senado e a Embrapa debatem, com cientistas brasileiras, a participação da mulher na ciência.

PLENÁRIO Crime de estupro

14h A PEC 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro, pode passar por mais uma sessão de discussão.

CMO Eleição

14h30 Eleição de presidente e relator da comissão mista.

MP 766/2017 Regularização tributária

14h30 A comissão mista da medida provisória que cria o Programa de Regularização Tributária analisa relatório.

CPI DA PREVIDÊNCIA Instalação

15h Instalação e eleição de presidente e vice.

MP 757/2016 Suframa

15h30 A comissão mista da medida provisória que cria taxas em favor da Suframa avalia relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovado projeto que impede empresa de sonegador de participar de licitação

Pirataria, contrabando e descaminho causam prejuízo de R\$ 100 bilhões por ano aos cofres públicos, afirmou Caiado, autor da proposta

EMPRESAS CUJOS DONOS tenham sido condenados por sonegação, pirataria ou contrabando podem ser proibidas de participar de licitações. É o que determina projeto de lei aprovado pelo Plenário do Senado ontem. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

O PLS 695/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), altera a Lei de Licitações para impedir a participação de empresas cujos administradores ou sócios tenham sido condenados por violação a direito autoral, contrabando de mercadorias ou descaminho (falha em pagar tributos sobre importação, exportação e consumo).

Caiado informou que esses crimes geram prejuízo da ordem de R\$ 100 bilhões por ano para os cofres públicos.

Manter idôneas as empresas que se beneficiam desses desvios, na avaliação dele, gera vantagens indevidas e viola o princípio da isonomia do Estado.

— São cifras estratosféricas e que comprometem a saúde, a educação, a segurança públi-

ca, que hoje se veem privadas desse orçamento porque maus brasileiros praticam esse crime e ainda podem se dar ao luxo de participar de licitações de órgãos do governo — disse o senador.

O projeto tramitava em regime de urgência e foi relatado

no Plenário por Simone Tebet (PMDB-MS), que apresentou voto favorável sem modificar o conteúdo do texto. Ela argumentou que a medida é necessária para criar mais uma ferramenta para coibir esses crimes.

— A sonegação é um dos crimes mais perversos contra o cidadão brasileiro, porque significa o uso de artifícios ilícitos para deixar de pagar tributos. Esse dinheiro sonegado, que engorda o crime, é o que acaba faltando para remédios, merenda escolar, obras — disse a senadora.

Segundo Simone, o desfalque anual proveniente das práticas condenadas pelo projeto aprovado seria suficiente para cobrir o déficit fiscal primário do orçamento federal.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Texto aprovado pelo Plenário do Senado segue para a Câmara dos Deputados

Eunício lê requerimento para criar CPI contra maus-tratos a crianças

Foi lido ontem em Plenário requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar maus-tratos a crianças e adolescentes. A leitura foi feita pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira. O requerimento é de autoria de Magno Malta (PR-ES) e conta com 28 assinaturas.

A proposta de CPI surgiu de denúncias publicadas na imprensa de Mato Grosso do Sul, da Paraíba e do Distrito Federal, em 2016, de ações e maus-tratos ocorridos com crianças em escolas e creches. A CPI será composta por sete titulares e cinco suplentes e terá o prazo de 180 dias para investigar irregularidades e crimes relacionados ao tema.

Eunício pediu aos líderes que indiquem logo seus representantes na CPI para que ela seja instalada imediatamente. Ele ressaltou a importância do tema e lembrou o alerta feito

por Malta sobre o jogo virtual Baleia Azul, que determina tarefas de automutilação e até morte aos participantes, em sua maioria adolescentes.

Malta informou ter sido procurado por representantes do Facebook interessados em uma legislação para combater esse crime cibernético. Disse também que vai procurar ajuda de técnicos do Ministério Público Federal e estadual, da Polícia Federal e da SaferNet, uma ONG que reúne denúncias anônimas de crimes e violações contra os direitos humanos na internet. Além de construir essa legislação, o objetivo, segundo ele, é fazer investigação segura para colocar na cadeia os criminosos que continuam abusando das crianças e dos adolescentes. Lembrou que o jogo Baleia Azul, desenvolvido na Rússia, tem entrepostos em cada nação.

PEC do Fundo de Segurança Pública está pronta para votação

A PEC 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, passou ontem pela quinta e última sessão de discussão em primeiro turno. Com isso, está pronta para votação em Plenário.

A proposta, de João Capiberibe (PSB-AP), quer garantir uma fonte permanente de recursos para o combate à criminalidade. A verba para o fundo virá de impostos arrecadados da indústria de armas e das atividades de segurança privada, entre outras fontes. O texto define critérios para a distribuição do dinheiro entre os estados, como indicadores de violência, quantidade de alunos matriculados na educação básica e salário dos policiais.

A tramitação de outras três PECs também avançou ontem. A PEC 64/2016, de Jorge Viana (PT-AC), que

inclui o crime de estupro no rol de delitos imprescritíveis e inafiançáveis, passou pela terceira sessão de discussão em primeiro turno.

Pelo texto, a possibilidade de punição pelo ato não se esgotaria com o passar do tempo e não seria possível ao criminoso ser liberado para aguardar julgamento em liberdade mediante fiança.

Já as PECs 77/2015, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), e 103/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), passaram pela segunda sessão de discussão em primeiro turno.

A primeira cria um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios — o Simples Municipal.

A segunda permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Instituição Fiscal e Conselho do Ministério Público terão novos membros

O Plenário do Senado aprovou ontem indicações para a Instituição Fiscal Independente, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça.

Para o posto de diretor da Instituição Fiscal Independente, o aprovado foi Gabriel Leal de Barros. A instituição foi criada em 2016 para assessorar o Poder Legislativo na tomada de decisões sobre projetos de lei e políticas públicas por meio de relatórios e notas técnicas

sobre os principais indicadores fiscais e econômicos.

Leal de Barros foi indicado ao cargo pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Tasso Jereissati (PSDB-CE). Graduado em economia, o indicado já atua como economista da Instituição Fiscal Independente, onde elabora análises técnicas com foco na política macroeconômica, fiscal e orçamentária do país.

Gustavo do Vale Rocha, por sua vez, foi reconduzido ao

Conselho Nacional do Ministério Público. Advogado, ele ocupa a subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Ele ocupará a vaga reservada à Câmara dos Deputados no conselho.

O Plenário do Senado também aprovou a indicação da procuradora Maria Tereza Uille Gomes para o Conselho Nacional de Justiça.

Relator da indicação de Maria Tereza na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Aécio Neves (PSDB-MG), ressaltou a “altíssima qualidade intelectual, pessoal, e humanística” dela.

O senador destacou a experiência da indicada no poder público do estado do Paraná e disse que o Congresso terá, no Conselho Nacional de Justiça, uma representação a altura das expectativas do país.

Maria Tereza foi indicada para a vaga pela Câmara dos Deputados.

Senadores criticam ação policial contra índios em Brasília

A ação da polícia militar contra os índios que se manifestaram ontem em frente ao Congresso foi criticada por senadores no Plenário. Segundo grande parte dos senadores, os índios não ofereciam perigo.

O grupo está em Brasília para cobrar direitos e políticas públicas, como a demarcação de terras indígenas. Houve confronto com os policiais, que reprimiam os manifestantes com bombas de efeito moral.

Para João Capiberibe (PSB-AP), a atitude dos policiais foi “grotesca e violenta”.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Humberto Costa (PT-PE) também repudiaram. Randolfe lembrou que esses povos já têm vários direitos ameaçados por propostas em análise no Congresso.

— A reação desmedida, injustificada, violenta contra a manifestação pacífica e legítima dos povos indígenas merece o nosso mais veemente repúdio — protestou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) usou um cocar indígena no Plenário para defender as manifestações e pediu que a entrada dos indígenas fosse liberada hoje, quando haverá uma audiência na Comissão de Direitos Humanos.

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que o governo Temer fez aumentar a violência contra os movimentos sociais de maneira geral. Ela e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediram à Mesa que intercedesse pelos índios.

Ângela Portela (PDT-RR), que presidia a sessão, informou que a Mesa já havia determinado à Polícia Legislativa a interferência para conter a violência contra os povos indígenas.

Mais tarde, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, declarou que a Casa nunca deixou de estar aberta ao diálogo e que a Polícia Legislativa não foi responsável por nenhum tipo de agressão aos índios. Ele se propôs a receber uma comissão de indígenas.



Waldemir Brito/Agência Senado

Usando cocar indígena, Gleisi Hoffmann critica atuação policial

Energia: rejeitada isonomia no mercado livre

Comissão não acolheu a proposta de conceder aos grandes consumidores interligados à rede elétrica antes de 1995 a opção de escolha dos fornecedores no mercado livre

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 239/2014, que garante aos grandes consumidores o direito de escolher seu fornecedor de eletricidade.

A opção já existe para qualquer consumidor interligado à rede elétrica depois da Lei 9.074/1995 (Lei do Produtor Independente de Energia e Consumidor Livre), mas para os que se interligaram antes da edição da norma, o benefício só é autorizado àqueles atendidos em tensão igual ou superior a 69 quilovolts.

De autoria do ex-senador Delcídio Amaral, o texto prevê que todos os grandes consumidores de energia possam escolher livremente seu fornecedor, sem interveniência das concessionárias e permissionárias de serviços de distribuição. Grandes consumidores de energia são os que



Pedro Franco/Agência Senado

Comissão de Infraestrutura disse não ao projeto de lei, mesmo com parecer favorável do relator

demandam carga igual ou superior a 3.000 quilowatts (kW) — indústrias de médio e grande porte e grandes centros comerciais.

No mercado livre, o preço, a quantidade, os prazos de entrega, as

garantias e os reajustes podem ser livremente negociados entre gerador e consumidor, sem interveniência das empresas distribuidoras, e as contratantes podem conseguir tarifas mais vantajosas.

O projeto recebeu voto favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Em seu parecer, o senador ponderou que a lei não prevê qualquer restrição de nível de tensão para os consumidores que se conectaram após a sua entrada em vigor, em 7 de julho de 1995. Portanto, por uma questão de isonomia, todos os consumidores com carga maior ou igual a 3.000 kW devem receber tratamento igual.

“Ao eliminar essa diferenciação de tratamento, o projeto corrige injustiças e também fortalece a concorrência no setor, permitindo que todos os consumidores com carga maior ou igual a 3.000 kW escolham livremente seu fornecedor de energia. Essa livre contratação da energia, por sua vez, contribuirá para aumentar a eficiência na oferta e no consumo de energia”, defendeu. O projeto de lei já havia sido aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Fontes alternativas avançaram pouco, avalia comissão

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o relatório de Hélio José (PMDB-DF) que avalia a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil. No texto, o senador conclui que o país avançou de forma tímida, embora tenha crescido a participação de outras fontes além das usinas hidrelétricas.

De acordo com o relator, as reclamações mais comuns do setor de energias alternativas são inconstância nas políticas; falta de segurança em relação a futuros leilões para o mercado regulado; incertezas sobre financiamentos; problema de conexão das novas usinas às redes elétricas; e demora na regulamentação das Leis 13.203/2015 e 13.299/2016, sobre desconto nas tarifas de

uso do sistema de transporte.

Para Hélio José, alguns subsídios estão sendo concedidos de forma a gerar situações injustas, como o caso da energia solar. Ele explicou que, como os custos de instalação de equipamentos solares são altos, somente os consumidores de renda mais elevada conseguem usar a energia solar e usufruir das subvenções.

— Política eficaz é a que estimula a combinação mais eficiente das diversas fontes, cada uma contribuindo com o que tem de melhor e competindo entre si em igualdade de condições. Nosso sistema só será eficiente quando não houver estímulos ocultos e injustos a algumas fontes, em detrimento de outras.

No relatório, o senador

lamentava a falta de respostas do Ministério de Minas e Energia a vários questionamentos feitos nas audiências públicas, o que, segundo ele, deixou lacunas na compreensão das políticas públicas gestadas para o setor.

Roberto Muniz (PP-BA) disse que faltam indicadores para avaliar as políticas do governo. A inexistência desses dados, segundo o senador, prejudica a análise do que funcionou ou não teve bom desempenho.

O presidente da CI, Eduardo Braga (PMDB-AM), concordou com Muniz e pediu aos consultores do Senado que elaborem indicadores para fundamentar a avaliação de políticas públicas.

BR-040 e Antaq

A comissão aprovou ainda requerimento de Ronaldo Caiado (DEM-GO) para audiência sobre a implementação de obras de intervenção urbana em trechos da BR-040, com acesso ao Distrito Federal.

Pedro Chaves (PSC-MS) leu relatório sobre a mensagem que indica Francisval Dias Mendes para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Foi concedida vista coletiva do relatório e a sabatina deve ocorrer na próxima semana.



Pedro Franco/Agência Senado

Implantação de energias renováveis cresceu de forma tímida, afirma Hélio José

Produtor rural poderá usar cadastro ambiental para cálculo do ITR

O agricultor brasileiro poderá ter a opção de usar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para apurar a área tributável de sua propriedade, sobre a qual é calculado o Imposto Territorial Rural (ITR). A medida, prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 640/2015, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, Paulo Rocha (PT-PA), apresentou voto favorável, lido por José Pimentel (PT-CE). Foi acolhido o argumento do autor, o ex-senador Donizeti Nogueira, de que o CAR é um cadastro muito mais moderno, além de vinculado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima).

Para cálculo do ITR, são excluídas da área do imóvel rural as parcelas de preservação permanente e de reserva legal, as que não se prestam à agropecuária e as declaradas como de interesse para a proteção dos ecossistemas.

Pelas regras em vigor, essas informações devem constar do Ato Declaratório Ambiental (ADA), que é um registro feito pelo proprietário junto ao Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e hoje usado para o cálculo do ITR.

Como as mesmas informações também deverão constar no CAR, previsto no novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), o autor da proposta quer que o cadastro ambiental substitua o ADA para fins de cálculo do imposto.

Uma vez que o cadastro ambiental ainda não está implementado em todo o país, sua adoção para fins de ITR será facultativa, podendo o produtor rural continuar a usar o ADA se assim o desejar.

O relator acatou emenda da Comissão de Meio Ambiente (CMA) para excluir da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) o caráter obrigatório do ADA. Segundo ele, o caráter facultativo do projeto colidiria com a obrigatoriedade de uso do ADA para fins de redução do valor a ser pago de ITR. A emenda da CMA foi apresentada pelo senador licenciado Blairo Maggi (PP-MT).

A proposta será enviada à Câmara, se não houver recurso para votação do texto em Plenário.

Recursos do Fundo do Meio Ambiente deverão reforçar proteção à Caatinga

A inclusão de projetos de proteção da Caatinga entre as prioridades de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Autora do PLS 578/2015, Lídice da Mata (PSB-BA) afirma que pretende reduzir as dificuldades de financiamento de ações de proteção da Caatinga, que tem apenas 7,8% de sua área protegidos

por unidades de conservação.

Essa porcentagem, frisou, está abaixo da meta nacional de 10% assumida pelo Brasil na Convenção da Diversidade Biológica para todos os biomas do país (com exceção da Amazônia, cuja meta é de 30% da área). No projeto, a senadora ressalta que preservar e recuperar a Caatinga é fundamental para a manutenção das reservas hídricas das

várias bacias hidrográficas situadas no bioma e mitigar os efeitos das secas.

Lídice lembra que, na proteção da Caatinga, alguns governos têm investido na criação de novas unidades de conservação federais e estaduais, e também na promoção de alternativas para o uso sustentável de sua biodiversidade. A senadora salienta que a Caatinga ocupa área equivalente a 11% do território na-

cional. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região, a maior parte carente e dependente dos recursos do bioma para sobreviver.

O relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou voto favorável ao projeto, que teve decisão final na CAE. Com isso, o texto poderá seguir diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

Dinheiro recuperado da corrupção irá para ensino

Proposta de Cristovam Buarque cria regras para aplicação dos recursos reavidos em ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta que destina prioritariamente à educação os recursos públicos recuperados em ações de combate à corrupção.

Autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 291/2014, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) afirma que a corrupção e a lavagem de dinheiro drenam um grande volume de recursos que deveriam ser usados em políticas de estímulo ao crescimento do país.

Ele cita um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) mostrando que o custo da corrupção equivale a 2% do produto interno bruto (PIB) — algo em torno de R\$ 118 bilhões.

O senador reconhece que houve avanço no combate à corrupção e na recuperação dos recursos desviados. No entanto, ele diz não haver regra para a destinação dos recursos recuperados.

Com o projeto, o parlamentar sugere que sejam destinados ao Fundo Social, criado



O relator, Pedro Chaves, defende aprovação do projeto de Cristovam Buarque

pela Lei 12.351/2010 e modificado pela Lei 12.858/2013, já alimentado por recursos oriundos da exploração de petróleo. Metade dos recursos do fundo é destinada a projetos de educação e saúde. Cabem à educação 75% desse valor.

Visão crítica

Com os recursos recuperados, o senador espera fortalecer o sistema público de educação como forma de conter a prática desses crimes.

“Uma população mais educada tem menos tolerância a atos ilícitos que envolvam atores políticos e mais visão crítica para avaliar a eficiência dos serviços públicos prestados”, observa ele.

O relator na CAE, senador Pedro Chaves (PSC-MS).

apresentou voto favorável, com uma emenda que retira da destinação ao Fundo Social os recursos pertencentes a estados e municípios, bem como os das entidades que integram a administração pública indireta.

O relator observa que o Fundo Social é da União e não caberia incorporar ao seu patrimônio bens e direitos originários de outros entes federados, ainda que recuperados pela ação do governo federal. Entendimento semelhante ele teve com relação aos bens e direitos de empresas estatais prejudicadas pela corrupção.

Se não houver recurso para votação em Plenário, o PLS 291/2014 segue diretamente para a análise da Câmara dos Deputados.

Plenário votará comitês de transição de governo

Coibir a manipulação de dados e a omissão de informações é o principal alvo de uma proposta que institui comitê de transição de governo a cada troca de chefe do Poder Executivo, em níveis federal, estadual e municipal.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 55/2017, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A iniciativa de criar o comitê, com integrantes das áreas administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal, caberá ao chefe do Executivo, no prazo de dez dias após a homologação do resultado das eleições. Esse comitê deverá

ter pelo menos dois membros indicados pelo candidato eleito.

O projeto, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), lista uma série de documentos que o comitê deverá apresentar ao chefe do Poder Executivo eleito, como lei orçamentária, demonstrativo de saldos, balancetes mensais, informações sobre as dívidas e compromissos financeiros de longo prazo, inventário de bens e número de servidores efetivos e comissionados por unidade administrativa.

Caberá ainda ao comitê apresentar demonstrativo de débitos previdenciários, com as parcelas quitadas e as que se encontrarem em aberto.

Além disso, deverá apresentar a relação de precatórios pendentes de pagamento e de contratos de prestação de serviço e de fornecimento de materiais.

O autor da proposta considerou a LRF “um monumental” passo na direção da profissionalização e da transparência da gestão das unidades federativas e afirmou que essa norma jurídica “ressente-se de uma disciplina” quanto à transição de governo.

O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), defendeu a proposta e apresentou apenas duas emendas de redação. O PLS 55/2017 segue agora para a deliberação do Plenário do Senado.

Burocracia para sociedades anônimas poderá diminuir

A ampliação de R\$ 1 milhão para R\$ 10 milhões no valor do patrimônio de companhia fechada que não precisará mais publicar documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os documentos exigidos são

o edital de convocação da assembleia-geral, os pareceres do conselho fiscal e de auditores independentes, o relatório dos negócios sociais e as demonstrações financeiras.

O autor, Ronaldo Caiado (DEM-GO), argumenta que o valor atual foi definido há 16 anos. Com a defasagem,

acrescenta, poucas companhias são favorecidas, já que a maioria possui patrimônio líquido superior a R\$ 1 milhão.

A companhia que se enquadrar nessas condições poderá convocar assembleia-geral por documento entregue a todos os acionistas, contra-recibo, com antecedência

Colegiado vota por mais transparência nos gastos públicos

A União, os estados e os municípios poderão ser obrigados a colocar à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a compras de bens ou contratação de serviços. A medida é prevista no substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 570/2015 — Complementar aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As informações deverão ser abrangentes, incluindo a identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e o procedimento licitatório realizado, bem como sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

Deverão ser incluídas ainda informações sobre o local da prestação do serviço ou da execução da obra pública, além da respectiva classifi-

cação orçamentária.

O projeto, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, exige procedimentos de transparência também na execução da receita. Uma das exigências nesse aspecto é que sejam colocados à disposição dos interessados dados relativos aos valores inscritos, cobrados e recebidos de dívida ativa.

A proposta obriga os tribunais de Contas a manter relações atualizadas de todos os entes que descumprirem a determinação.

Do senador João Capiberibe (PSB-AP), o PLS 570/2015 recebeu voto favorável à sua aprovação na forma do substitutivo do relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), lido pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE).

O texto segue agora para a análise do Plenário.

Aprovado texto que dificulta uso de loteria em lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem em turno suplementar um projeto que amplia medidas para coibir o uso de loterias para lavagem de dinheiro. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 62/2007, do senador Alvaro Dias (PV-PR), foi aprovado no dia 18, mas, por ter sido acolhido substitutivo do relator, senador José Pimentel (PT-CE), foi necessária nova votação.

O objetivo de Alvaro é evitar casos como o citado por ele na justificativa da proposta, em que uma única pessoa descontou 107 prêmios no mesmo dia, em sete modalidades de loteria.

Como observa Pimentel, o caso citado é um exemplo de como os criminosos buscam “dar aparência legal a recursos financeiros que têm origem ilegal, recursos muitas vezes advindos de crimes de impacto econômico e social bastante negativo, tais como corrupção, sonegação de impostos, tráfico de drogas e de armas”.

Conforme o texto, a Caixa Econômica Federal ou qual-

quer outra pessoa jurídica autorizada a explorar loterias deve manter por no mínimo cinco anos o registro de informações sobre os concursos e seus ganhadores. A obrigação também alcança casas lotéricas revendedoras e permissionárias do serviço.

Ainda de acordo com a proposta, deverá ser mantido registro do tipo ou modalidade de loteria ou sorteio, o número e a data do concurso, a data e forma de pagamento do prêmio, o valor e a descrição do prêmio, se em dinheiro ou em bens.

Também será preciso registrar o nome completo do ganhador, o número dos seus documentos de identificação e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal.

O projeto prevê ainda o registro dos dados das casas lotéricas, como a identificação dos responsáveis legais e o endereço das unidades responsáveis por receber e pagar os prêmios das apostas.

Se não houver recurso para votação no Plenário, a proposta segue para a Câmara.

Para o presidente do órgão, regime simplificado de tributação para micros e pequenas empresas contribui para gerar emprego e renda e estimula o empreendedorismo

Simplex é vital para economia, afirma Sebrae

O SIMPLES NACIONAL contribui de maneira inequívoca para a geração de emprego e renda, para o aumento na arrecadação de tributos e para a redução da informalidade no país, disse ontem o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo da audiência era avaliar efeitos do regime especial de arrecadação na economia.

Afif Domingos ressaltou que o Simples foi criado para reverter um ambiente culturalmente hostil aos pequenos negócios no Brasil. Um dos resultados mais imediatos, afirmou, foi o aumento da taxa de formalização, que era de 43% em 2002, para 57%, dez anos depois.

— As micros e pequenas empresas, nos últimos dez anos, abriram 10,7 milhões de vagas. As médias e grandes fecharam 1 milhão de vagas. Elas estão mantendo, neste primeiro trimestre, um saldo positivo de geração de emprego. Essa preciosidade da pequena empresa não é devidamente olhada, até por um viés de só olhar as coisas grandes e não olhar a grandeza da soma dos pequenos.

Sem o Simples, disse, as empresas seriam submetidas a regimes mais custosos.

— A dificuldade para a micro sobreviver e vingar é muito maior, por isso se criou um regime diferenciado, com a visão de que se deve tratar os diferentes de forma diferente. As empresas menores têm menor capacidade de fazer custos;



Empresas que aderem ao Simples têm mais chances de sobreviver, disse Afif Domingos (2º à esq.) em audiência pública conduzida por José Pimentel (C)

se não tiver forma simplificada de pagar imposto, inviabiliza-se a empresa ou joga na informalidade, o que era real antes do Simples e do Simples Nacional.

Afif Domingos ressaltou que o crescimento arrecadatório do Simples é dez vezes superior ao crescimento das receitas federais e que o regime especial tem melhor desempenho que os impostos tradicionais da Receita Federal. Entre 2012 e 2016, o número de optantes do Simples cresceu 64%, passando de 7,1 milhões para 11,6 milhões.

O presidente do Sebrae frisou que a as empresas optantes do Simples têm duas vezes mais chances de sobreviver após dois anos de abertura do negócio que as não optantes. De 2009 a 2016, afirmou, as empresas de pequeno porte cresceram 7,2% ao ano e as micros registraram um crescimento de 6,1% ao ano.

— O sistema de cobrança de impostos gerou um manicômio tributário. Ele

tem que ser simplificado, e os ganhos do Simples Nacional devem ser incorporados pela futura reforma tributária. A crise gerou desemprego estrutural, que é recuperável, mas a inteligência artificial trouxe um desemprego que é irreversível. A indústria substituiu mão de obra, há robotização. A única opção é o empreendedorismo, a grande saída para a geração de emprego e renda.

Crescimento do comércio

Para o representante da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sérgio Gustavo Costa, a adesão ao Simples contribui para o aumento da participação das pequenas empresas no PIB, o que demonstra o sucesso das políticas do setor.

— O grande campeão em termos de crescimento é o comércio. É esse setor que tem maiores benefícios em termos tributários no Simples — avaliou.

Representante do Ministério da In-

dústria, Comércio Exterior e Serviços, José Ricardo Veiga disse que o Simples favorece o ambiente de negócios e o crescimento progressivo dos impostos.

— Não há prejuízo na arrecadação. As micros e pequenas empresas são a base da economia brasileira, sobretudo em momento de crise. O emprego tradicional, por opção e contexto de mercado, tende a se reduzir cada vez mais.

O deputado Jorginho Mello (PR-SC), que preside a Frente Parlamentar de Apoio às Pequenas Empresas, pediu apoio a projeto dele, em tramitação na Câmara, que garante tratamento diferenciado no crédito para pequenos negócios (PLC 341/2017). A proposta prevê a criação da Empresa Simples de Crédito (ESC), uma nova modalidade em que particulares podem emprestar recursos próprios a pequenos negócios, criando alternativa de financiamento, hoje concentrado nos grandes bancos.

Relatório sobre regularização fundiária não tem consenso

A comissão mista que analisa a medida provisória da regularização fundiária vai votar na próxima quarta-feira o relatório sobre a MP. Ontem, o relator, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou relatório, no qual acata 122 das 732 emendas apresentadas.

O presidente da comissão, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), suspendeu a reunião ontem para que os parlamentares debatam o relatório até a semana que vem. Jucá disse que o texto é fruto de negociações e que estará à disposição dos parlamentares para debater o relatório e, se necessário, alterá-lo.

A MP 759/2016 trata da regularização fundiária rural

e urbana, da liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e da regularização fundiária na Amazônia Legal e da criação de mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de venda de imóveis da União.

Jucá afirmou que manteve a

estrutura geral da MP no relatório, mas alterou pontos que ajudem na eficiência da política de regularização, sem deixar de lado a questão ambiental. Ele manteve, por exemplo, um dos itens polêmicos da proposta do Executivo: a possibilidade de o Incra pagar em dinheiro

as terras desapropriadas para reforma agrária, e não apenas em títulos da dívida agrária (TDAs).

Vários parlamentares criticaram a MP, enquanto outros defenderam o projeto do Executivo e os aperfeiçoamentos sugeridos pelo relator.

Para o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), a MP é polêmica e estabelece a “república da grilagem oficializada”. O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) afirmou que a MP vai acirrar os conflitos no campo. Já a deputada Josi Nunes (PMDB-TO) e os senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Omar Aziz (PSD-AM) defenderam a importância da MP. Os deputados João Daniel (PT-SE)

e Luiza Erundina (PSOL-SP) reclamaram que o relator não acatou a maioria das sugestões dos movimentos sociais.

Com a MP, o governo busca facilitar a concessão da titulação definitiva aos assentados e uniformizar os valores para negociação dos terrenos.

Entre outros pontos, a medida uniformizou as regras de titulação de terras no Programa Terra Legal, na Amazônia.

A MP trata ainda do “direito real de laje”, ou seja, autoriza o proprietário a ceder a superfície da construção para que outro mantenha unidade distinta na laje. Ou seja, o titular do direito real de laje terá uma unidade imobiliária autônoma.



Acir Gurgacz, Romero Jucá, relator da MP, e Izalci Lucas, presidente da comissão

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Prêmio incentiva governo a reduzir burocracia

Aprovado em comissão, projeto que cria o Selo de Desburocratização e Simplificação agora vai para a Câmara dos Deputados

PREMIAR INICIATIVAS QUE simplificam e melhoram a vida de usuários dos serviços públicos é o objetivo do PLS 383/2016, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Para isso, a proposta de José Agripino (DEM-RN) cria o Selo de Desburocratização e Simplificação para órgãos e entidades estatais.

Entre os critérios a serem considerados, estão a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais, os ganhos sociais com as medidas de desburocratização, a redução no tempo de espera pelo atendimento na prestação de serviços e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que possam ser replicadas na administração pública.

O selo será concedido por



Antonio Anastasia fala na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, diante de Ana Amélia, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia

uma comissão formada por representantes da administração pública e da sociedade civil. A participação do servidor público no desenvolvimento de programas aos quais forem concedidos o Selo de Desburocratização e Simplificação será registrada em seu assentamento funcional.

O projeto foi aprovado com emendas do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e segue diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não

haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Atletas profissionais

Também deve ir para a Câmara o PLS 13/2012, do ex-senador Marcelo Crivella, que torna obrigatória a assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

A relatora, Ângela Portela (PDT-RR), foi favorável à proposta e afirmou que a iniciativa sana uma lacuna da legislação e contribui para que os atletas

tenham melhor desempenho nas competições.

A CE aprovou mais dois projetos de forma terminativa: o PLS 178/2016, de Simone Tebet (PMDB-MS), que confere a Três Lagoas (MS) o título de Capital Nacional da Celulose, e o PLS 48/2016, de Dalfrido Beber (PSDB-SC), que dá ao campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Blumenau o nome de Senador Evelásio Vieira.

Cinco projetos que tratam

do uso de recursos do FGTS pelos trabalhadores tiveram a votação adiada. As proposições tramitam em conjunto e estão sob a relatoria de Ana Amélia (PP-RS).

Audiências públicas

Anastasia optou por apresentar um voto em separado, defendendo uma proposta de melhoria na remuneração do fundo.

— São projetos que permitem o uso do dinheiro do FGTS na área educacional. Ainda que a intenção seja meritória, o mais importante agora é criar um mecanismo para remunerar melhor o fundo. Por isso, apresentei esse voto em separado — justificou.

A CE aprovou ainda requerimentos para realização de audiências públicas. Entre outros temas, serão debatidas questões ligadas à reforma do ensino médio, ao ensino à distância e às causas ciganas.

As datas ainda serão marcadas pela presidente da CE, Lúcia Vânia (PSB-GO).

Vai para Câmara projeto que cria Política Nacional de Leitura e Escrita

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem a criação da Política Nacional de Leitura e Escrita, proposta pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN) no PLS 212/2016.

A política terá como diretrizes a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. A implantação fica a cargo da União, em cooperação com os estados e os municípios e

com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), afirma em seu relatório favorável à proposta que um país como o Brasil não pode prescindir de uma política que fortaleça mecanismos institucionais de incentivo à leitura e à escrita:

“Considerando nosso passado recente, anterior à universalização do acesso ao ensino

fundamental, é indispensável a existência de mecanismos complementares às políticas educacionais. Ações voltadas para a ampliação da oferta de livros, instalação de bibliotecas e centros culturais correlatos são essenciais”, diz.

Para que a Política Nacional de Leitura e Escrita seja concretizada, o projeto original determinava a elaboração a cada quatro anos de um Plano Nacional do Livro e Leitura.

Paulo Paim aumentou o período para dez anos.

Inicialmente, a proposta determinava que tal plano fosse elaborado pelo chefe do Executivo até o fim do primeiro mandato. O relator reduziu o prazo máximo para até seis meses.

O PLS 212/2016 foi aprovado de forma terminativa e seguirá diretamente para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Audiências abordarão pertinência da política de conteúdo local

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o plano de trabalho de Lindbergh Farias (PT-RJ) para a avaliação da política de conteúdo nacional nos setores de petróleo, telecomunicações, defesa e transportes. Por essa política, as concessionárias devem dar preferência a fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentarem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de fornecedores estrangeiros.

Para o senador, a exigência objetiva gera benefícios para a economia brasileira. Entretanto, diante da crise na Petrobras, segundo ele, o governo aponta a exigência como uma barreira da retomada de crescimento dessa indústria e propõe a redução substancial dos percentuais de conteúdo nacional nas próximas licitações.

— O governo utiliza a crise da Petrobras, que é de caixa, como pretexto para desmontar uma política industrial que na última década proporcionou níveis cada vez maiores de renda e bem-estar da população, gerando empregos e difundindo ganhos em escalas.

Lindbergh apresentou um roteiro com quatro audiências públicas, das quais deverão participar representantes de entidades e instituições governamentais, aprovados pelos integrantes da CAE.

Comissão aprova texto que flexibiliza frequência de aluno deficiente

Dois projetos de lei que afetam as pessoas com deficiência foram aprovados ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Um deles é o PLS 311/2016, que flexibiliza a exigência de frequência para alunos com necessidades especiais ou transtornos globais do desenvolvimento. O outro é o PLS 208/2016, que obriga os sistemas de ensino a desenvolver programas de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência.

O PLS 311/2016 é de Wellington Fagundes (PR-MT) e vai para a Câmara se não houver recurso para análise no Plenário. O projeto permite que as escolas dos níveis fundamental e médio tenham autonomia para considerar as necessidades específicas de cada aluno antes de reprová-lo por frequência.

Segundo o senador, a ideia partiu da sugestão de uma professora de Mato Grosso que viu uma aluna com deficiência ter



Lídice da Mata, que fez relatório favorável a projeto sobre aluno com deficiência

problemas para ser aprovada, apesar de ter rendimento satisfatório em todas as disciplinas.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), foi favorável à iniciativa. Ela afirmou que cada caso deve ser levado em consideração e disse não ser justo, por exemplo, que um aluno com deficiência de locomoção tome falta por chegar atrasado à aula.

— Da escola segregacionista do passado, caminhamos para

a escola inclusiva. Deve-se levar em consideração cada caso. Não é razoável que seja aplicada ao estudante especial a mesma regra de frequência da regra geral — afirmou, ressaltando que o projeto não libera o aluno das aulas presenciais.

Reclamações

O PLS 208/2016, que trata de projetos de educação de jovens e adultos com deficiência, é de

Romário (PSB-RJ).

Pelo texto, as famílias deverão atuar como parceiras das iniciativas, que devem ser articuladas entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos. Cada sistema de ensino será responsável por desenvolver o programa para efetivar o atendimento previsto.

Para o senador, a quantidade de reclamações que ele recebe vindas de pessoas não atendidas nos direitos à educação inclusiva mostra que, apesar de tantas previsões legais, o poder público ainda é incapaz de criar as condições para que a educação de fato atenda pessoas com necessidades especiais.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou duas emendas de redação. O projeto foi aprovado de forma terminativa — seguirá agora para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para passar antes pelo Plenário do Senado.

Avança incentivo fiscal para florestas plantadas

Projeto aprovado ontem em comissão reduz a cobrança de impostos de áreas de exploração de florestas não nativas. Para relator, iniciativa aumenta a renda no campo e preserva recursos naturais

FOI APROVADA ONTEM pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) proposta que busca incentivar a exploração de florestas plantadas. O projeto concede estímulos fiscais à exploração de florestas fora das áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas no Código Florestal. O texto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

A proposta (PLS 115/2015) aprovada prevê a concessão de benefícios como a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) equivalente ao quádruplo da área explorada, além de redução de taxas de juros e encargos em financiamentos voltados aos cultivos e deduções no Imposto de Renda, limitadas a 20% do valor devido ao ano.

Mais renda

Segundo o autor da proposta, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), a exploração eco-



Wellington lê o relatório ao lado do presidente da comissão, Davi Alcolumbre

nômica de florestas plantadas tem um grande potencial de crescimento e pode contribuir para a elevação da renda e dos empregos no meio rural e nas cidades. Esse tipo de atividade, afirmou o senador, promove serviços ambientais de sequestro de carbono, ajuda a preservar a água e o solo e estimula a diversidade da flora e da fauna.

O senador Wellington Fa-

gundes (PR-MT) atuou como relator substituto. De acordo com o relatório, os incentivos para exploração de florestas plantadas contribuem com o patrimônio ambiental do Brasil e reduzem a exploração das florestas nativas.

Ontem Wellington Fagundes foi eleito, por aclamação, para o cargo de vice-presidente da CMA para o biênio de 2017-2018.

Venda de terras a estrangeiros será tema de audiência pública

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para analisar proposta do Executivo que permitirá a venda de terras brasileiras a estrangeiros.

A audiência foi proposta por Jorge Viana (PT-AC), que considera o tema importante para a soberania nacional. Serão convidados representantes do Exército e do Incra.

A proposta em discussão no governo deve permitir a venda de até 25% das terras de um município brasileiro a estrangeiros. Isso pode significar a venda de trechos maiores que o território da Bélgica, com 30 mil quilômetros quadrados.

— Estão pondo o Brasil à venda sem consultar os brasileiros, num dos momentos mais delicados da economia nacional — disse Viana.

Também foi aprovada proposta de realização de seminário em conjunto com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas para debater, com convidados de vários países, questões de direito ambiental. O requerimento do seminário

também é de Viana.

Outra audiência aprovada vai tratar da possibilidade de exploração de petróleo na região amazônica. O tema foi proposto por Paulo Rocha (PT-PA), que convidou representantes do Ibama, da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de ONGs.

A CMA elegeu duas políticas públicas para acompanhar em 2017. Davi Alcolumbre (DEM-AP) propôs a avaliação dos instrumentos econômicos e financeiros disponibilizados pela União e os presentes no Código Florestal (como o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental) para o desenvolvimento sustentável. O senador considera injusto que áreas consideráveis dos estados sejam transformadas em reservas florestais sem discussão com o estado e sem contrapartidas da União, comprometendo o desenvolvimento econômico local.

Roberto Muniz (PP-BA) propôs o acompanhamento, pela comissão, do Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em todo o território nacional.

Relatório de MP que cria taxas na Zona Franca de Manaus pode ser votado hoje

Foi apresentado ontem o relatório da Medida Provisória (MP) 757/2016, que cria duas novas taxas da Superintendência da Zona Franca de Manaus. O documento pode ser votado hoje.

A relatora da MP, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que as novas taxas administrativas têm como objetivo deter a evolução dos prejuízos causados pela suspensão da Taxa de Serviços Administrativos

cobrada na Zona Franca de Manaus. Ela foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal e substituída na medida provisória pela Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF) e pela Taxa de Serviços (TS).

Vanessa disse que não haverá ampliação da carga tributária da indústria nem do comércio. O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse temer um aumento dos preços ao consumidor.

— É uma taxa que vai ser criada para as empresas e vai ser repassada para os usuários, e o custo de vida na Amazônia vai ficar mais caro — afirmou.

A relatora disse que fez questão de incluir no texto a proibição expressa do contingenciamento de recursos arrecadados pela Zona Franca pelo governo federal. A estimativa é que sejam arrecadados R\$ 130 milhões por ano com as novas taxas.

— É um número pequeno? Talvez não seja suficiente para manter a Suframa, mas a Suframa não tem nessas taxas a sua única fonte de arrecadação. O que não podemos permitir é que o governo arrecade na nossa região e contingencie para o superávit primário.

Omar Aziz (PSD-AM) disse que o valor não é suficiente para pagar a folha de pagamentos da autarquia.

Da Rádio Senado

Humberto defende que Congresso investigue chacina em Mato Grosso

Humberto Costa (PT-PE) defendeu a criação de comissão permanente do Congresso para acompanhar os desdobramentos do massacre, na semana passada, em Colniza (MT).

Segundo ele, nos mandatos dos ex-presidentes Lula e Dilma houve diminuição desses crimes devido à atuação do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e de políticas de assistência técnica, além de programas como o Mais Médicos. Agora, disse, além de desconhecer a realidade dos assentamentos, o governo tem se omitido na função de manter a paz no campo.

— Não vi, até agora, o presidente dar uma palavra sobre a chacina.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice destaca projeto que favorece proteção à Caatinga

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a aprovação, em comissão do Senado, de proposta de autoria dela que determina a inclusão de projetos de proteção da Caatinga entre as prioridades de aplicação de verbas do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Para ela, defender a Caatinga é “imperativo para o Brasil”.

Lídice destacou a recente utilização de plantas do bioma para a produção de remédios contra doenças como dengue e zika. Ela ressaltou ainda o desenvolvimento de biopesticidas a partir de duas plantas nativas da Caatinga, a umburana e a cutia.

A senadora comemorou também a decisão da Executiva Nacional do PSB de se colocar contra as reformas previdenciária e trabalhista.

Transposição do Rio São Francisco será retomada, diz Garibaldi

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que serão retomadas nos próximos dias as obras remanescentes da primeira etapa do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, depois que o governo assinou, na semana passada, contrato com o novo consórcio responsável.

Quando concluídas, as obras beneficiarão as populações de Pernambuco, Paraíba, Ceará e do Rio Grande do Norte, aonde as águas devem chegar até o fim do ano, disse Garibaldi:

— Com a contratação do consórcio, a obra chegará aos estados e vai gerar 4 mil empregos. Com 260 quilômetros de extensão, as obras apresentam 94,63% de execução.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi elogia decisão do PSB de votar contra reforma da Previdência

Gleisi Hoffmann (PT-PR) parabenizou o PSB, que decidiu votar contra as reformas trabalhista e da Previdência na Câmara. Segundo Gleisi, o PSB se juntou às demais legendas de oposição ao governo.

Por outro lado, a senadora lamentou a reunião ocorrida nos Estados Unidos em que o secretário brasileiro de Política Econômica, Fabio Kanczuk, prestou informações ao mercado financeiro internacional sobre mudanças previdenciárias. Na avaliação da senadora, dessa forma o governo comprova o desejo de fazer economia e pagar juros da dívida às custas do trabalhador:

— Estão calculando o que vão fazer de economia em cima da retirada de direitos dos trabalhadores para pagar o mercado financeiro.

Lindbergh apoia greve geral e diz que governo Temer já fracassou

O governo do presidente Michel Temer não vai resistir diante da greve geral convocada pelas centrais sindicais para sexta-feira, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ) em Plenário. Ele disse que o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi um golpe de estado que serviu apenas para retirar direitos dos trabalhadores e que muitos parlamentares têm deixado de apoiar o governo, pelo risco de não serem reeleitos.

Ao afirmar que o Brasil não poderá sair da crise econômica com tantos cortes e ajustes fiscais, o senador disse que não há registros históricos de um presidente tão mal avaliado.

— O Brasil está à deriva — concluiu.



Moreira Muniz/Agência Senado